

Estado do Rio Grande do Norte

Prefeitura Municipal de Martins

LEI Nº 660/2018, de 21 de Dezembro de 2018

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Martins para o exercício de 2019 e determina outras providências.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE MARTINS, faz saber que
a Câmara aprovou e ela sanciona a seguinte lei

TITULO I

DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 1°. Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Martins/RN Para o exercício de 2019.

Orçamento Fiscal; e

Orçamento da Seguridade Social, ambos referentes aos seus respectivos órgãos.

TITULO II

DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Capítulo I

ESTIMATIVA DA RECEITA

Art. 2°. A Receita Total do Município para o exercício de 2019 é estimada no valor de R\$ 23.300.000,00 (vinte e três milhões e trezentos mil reais).

Art. 3°. As Receitas decorrerão da arrecadação de Tributos, outras Receitas, Transferências Correntes e de Capital, na forma da Legislação vigente, e discriminadas na Tabela I, com a estimativa constante do seguinte desdobramento:

RECEITA 2019

TABELA I

R\$ 1,00

O	CÓDIG	DESCRIÇÃO DA RECEITA	VALOR
		SUB-TOTAL (exceto intra- orçamentária)	25.706.200,00
		SUB-TOTAL INTRA- ORÇAMENTÁRIA	0,00
		SUB-TOTAL DEDUÇÕES	0,00

Capítulo II

FIXAÇÃO DA DESPESA

Art. 4°. A Despesa Total é fixada no valor de R\$ 23.300.000,00 (vinte e três milhões e trezentos mil reais).

Parágrafo Único – No valor da despesa, está consignada a importância de R\$ 50.000 (Cinqüenta mil, reais), que servirá como Reserva de Contingência, a ser usada como fonte de recurso orçamentário para a abertura de créditos adicionais, nos termos dos arts. 40 a 46 da Lei 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 5°. A despesa fixada será realizada por conta de Recursos previstos no artigo 3° desta Lei, e sua execução orçamentária e financeira observará a discriminação constante na Tabela II:

DESPESA POR PODER E ÓRGÃO

TABELA II

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	FISCAL	SEGURI	TOTAL
DO ORGÃO		DADE	
CÂMARA	930.000,	0,00	930.000,
MUNICIPAL	00		00

GABINETE CIVIL	1.532.00 0,00	,	1.532.00 0,00
SEC.MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS	,	265.000, 00	1.184.40 0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E FINANÇAS	538.520, 00	•	538.520, 00
SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	7.769.12 0,00	,	7.769.12 0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	2.034.92 0,00	2.034.92 0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	25.000,0 0	·	814.900, 00
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E PESCA	365.580, 00		365.580, 00
SECRETARIA MUN. DE OBRAS, TRANSPORTE E INFRA ESTRUTURA		,	2.945.00 0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE	1.082.02 0,00	•	1.082.02 0,00

FUNDO	0,00	3.245.46	3.245.46
MUNICIPAL DE SAÚDE		0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	702.420, 00	702.420, 00
CONTROLADO	93.000,0	0,00	93.000,0
RIA GERAL DO MUNICÍPIO	0		0
CONSELHO DE	,	12.660,0	12.660,0
SAÚDE		0	0
RESERVA DE	50.000,0	0,00	50.000,0
CONTIGÊNCIA	0		0
TOTAL GERAL	16.249.6 40,00		23.300.0 00,00

DESCRIÇ ÃO DA FUNÇÃO		FISCAL	SEGURID ADE	TOTAL
ação	Administr	3.226.440, 00	0,00	3.226.440, 00
а	Agricultur	365.580,0 0	0,00	365.580,0 0
a Social	Assistênci	,	1.487.320, 00	1.487.320, 00
e Serviços	Comércio	968.000,0 0	0,00	968.000,0 0
	Cultura	99.200,00	0,00	99.200,00

Desporto	198	8.200,0		0,00		198.200,0
	0				0	
Educação	7.4	71.720,		0,00		7.471.720,
	00				00	
Gestão	20.	.500,00		0,00		20.500,00
Habitação	25.	.000,000		0,00		25.000,00
Legislativ	930	0.000,0		0,00		930.000,0
	0				0	
Previdênci	0,0	0		265.000,00		265.000,0
					0	
Reserva	50.	.000,00		0,00		50.000,00
ência						
Saúde	0,0	0		5.298.040,		5.298.040,
			00		00	
Urbanism	2.8	95.000,		0,00		2.895.000,
	00				00	
TOTAL	16.	.249.64		7.050.360,		23.300.00
	0,00		00		0,00	
	Educação Gestão Habitação Legislativ Previdênci Reserva ência Saúde Urbanism	Damism Care Care	Educação 7.471.720, 00 7.471.720, 00 Gestão 20.500,00 Habitação 25.000,00 Legislativ 930.000,0 0 Previdênci 0,00 Reserva 50.000,00 ência Saúde 0,00 Urbanism 2.895.000, 00 TOTAL 16.249.64	Educação 7.471.720, 00	Educação 7.471.720, 0,00 Gestão 20.500,00 0,00 Habitação 25.000,00 0,00 Legislativ 930.000,0 0,00 Previdênci 0,00 265.000,00 Reserva 50.000,00 0,00 Pância 0,00 5.298.040, Urbanism 2.895.000, 0,00 TOTAL 16.249.64 7.050.360,	Educação 7.471.720, 0,00 00 Gestão 20.500,00 0,00 0 Habitação 25.000,00 0,00 0 Legislativ 930.000,0 0,00 0 Previdênci 0,00 265.000,00 0 Reserva 50.000,00 0,00 0 Pencia 0,00 5.298.040, 00 Urbanism 2.895.000, 0,00 0 TOTAL 16.249.64 7.050.360,

Art. 6°. Ficam determinadas como Fontes de Recursos Financeiros, as especificações a seguir com os seus respectivos códigos constantes da Tabela III.

RELAÇÃO DE FONTES DE RECURSOS

TABELA III

FONTE DE RECURSO	VALOR
RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMPOSTOS-EDUCAÇÃO	1.769.520,00
RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSF. DE IMPOSTOS-SAÚDE	2.002.580,00
TRANSF. DE RECURSOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE-SUS-UNIÃO	3.245.460,00
TRANSF. DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE DESENV. DA EDUCAÇÃO-FNDE	373.200,00
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB 60%	3.000.000,00
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB 40%	2.000.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS- ASSISTÊNCIA SOCIAL	40.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS- EDUCAÇÃO	125.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS- SAÚDE	50.000,00
TRANSF. DE CONV. OUTROS(NÃO RELACIONADOS A EDUC. SAÚDE, ASSIST.SOCIAL)	764.000,00
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSIST. SOCIAL-FNAS	702.420,00
TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	142.000,00
PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA	3.000,00

ESCOLA-PDDE	
PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-PNAE	123.000,00
PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR-PNATE	41.000,00
Recursos do Exercício Corrente	5.000,00
RECURSOS ORDINÁRIOS	8.913.820,00
TOTAL GERAL	23.300.000,00

Art. 7°. O Poder Executivo fica autorizado a:

Realizar Operações de Crédito por antecipação da Receita, até o valor fixado nesta Lei, de acordo com Resolução nº 078, de 01 de julho de 1998, do Senado Federal e alterada pela Resolução 043/2001.

Abrir Créditos Suplementares, para atender insuficiências nas Dotações Orçamentárias, até o limite de 50% (Cinqüenta por cento), do total da despesa fixada nesta Lei, em consonância com o que determina os artigos 40 a 45 da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

Reprogramar os saldos financeiros decorrentes até 31/12/2018, provenientes de operações de créditos e convênios.

			Ш

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8°. Esta Lei entra em vigor a partir de 1° de janeiro de 2019.

Art. 9°. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Martins-RN, 21 de Dezembro de 2018.

Olga Chaves Fernandes de Queiroz Figueiredo Prefeita Municipal